Uma nova gestão de um conselho jovem

13/04/2012

Uma nova gestão de um conselho jovem **Por Gabriel Medina ***

Na última quinta-feira (12), foi realizada, em Brasília, a eleição do Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE). Foram eleitas organizações, fóruns, redes e entidades da sociedade civil, membros do Conselho para o biênio 2012/2013. Este processo eleitoral foi marcado pelo aumento de entidades inscritas e habilitadas (mais de 100 presentes na assembleia eleitoral), fruto do fortalecimento institucional do CONJUVE e da Política Nacional de Juventude.

A gestão que se encerra deu mais um passo na consolidação da Política Nacional de Juventude, iniciada na gestão do ex-presidente Lula com a criação da Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), do Conselho Nacional de Juventude (Conjuve) e o Projovem.

Neste último período, o CONJUVE ampliou sua capacidade de diálogo com a Secretaria Nacional de Juventude e os demais Ministérios, avançou na aprovação dos Marcos Legais (PEC e Estatuto), investiu na construção de uma forte Rede de Conselhos Municipais e Estaduais de Juventude e aproximou sua atuação das mais variadas formas de organização e ação das juventudes brasileiras.

A organização da 2a Conferência Nacional de Juventude foi o maior feito da gestão, coorganizada com a SNJ. O CONJUVE empenhou-se na realização de um processo com maior capilaridade, participação e que inovou metodologicamente com a proposição das etapas territoriais e virtual. As resoluções políticas aprovadas devem servir de diretrizes para o aperfeiçoamento dos marcos legais em tramitação no Congresso Nacional (Plano Nacional de Juventude e Estatuto da Juventude) e para a elaboração das políticas públicas nos três níveis de poder.

O saldo positivo do processo de mobilização – que atingiu mais de 500 mil jovens de todo o Brasil – só foi possível pelo engajamento e investimento dos movimentos sociais e juvenis na sua realização. Jovens organizados em entidades religiosas, sindicais (urbanas e rurais), ambientalistas, estudantis, empreendedores, do movimento negro, LGBTs, de mulheres, com deficiência, foram essenciais para o enraizamento das etapas livres, eletivas, territoriais e virtual.

Este amplo engajamento resultou em uma articulação consistente das distintas lutas e demandas durante a etapa nacional da Conferência. A busca da unidade na diversidade foi a tônica dos debates. Ao fim do processo, um conjunto de diretrizes e propostas consistentes foi referendado por ampla maioria dos/as delegados/as presentes, na busca da afirmação de novos direitos da juventude que só se realizarão com a inclusão do tema no centro do projeto de desenvolvimento nacional.

Esta aliança de um campo progressista, conectado com os anseios da juventude trabalhadora, pobre, que experimenta diferentes dificuldades no que se refere aos direitos sociais, saiu fortalecida na renovação promovida pela eleição realizada. Ampliou-se na eleição a diversidade de organizações, principalmente com a incorporação da cadeira indígena, representada por duas organizações e com a ampliação da participação da juventude rural e quilombola.

Manteve-se uma boa presença de entidades de apoio, organizações da sociedade civil que elaboram experiências educativas e formativas em distintas dimensões da vida. A presença destas entidades cumpre um papel fundamental na consolidação da vocação de um Conselho de Políticas Públicas, com capacidade de elaboração e monitoramento das políticas públicas de juventude.

Depois de eleições acirradas, os seguintes movimentos e associações foram eleitos titulares no Conselho Nacional de Juventude: Cuca da UNE, CONTAG, Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar do Brasil, UNE, ANPG, UBES, Nação Hip Hop Brasil, UNICAFES, UBM, CMB, CONEN, Congresso Nacional Afro-Brasileiro, ABGLT, Pastoral da Juventude, Aliança Bíblica Universitária do Brasil, ACBANTU, CGTB, CUT, UGT, Juventude do Partido dos Trabalhadores, Juventude Pátria Livre, CMP, APOINME e REJUMA.

Os Fóruns e Redes da Juventude eleitos titulares foram: Rede Nacional de Jovens Comunicadores, FONAJUNE, FBOMS, Rede Nacional de Adolescentes e Jovens Vivendo com HIV/AIDS e Rede de Jovens do Nordeste. E as Entidades de Apoio às Políticas Públicas de Juventude eleitas titulares foram: Instituto Imagem e Cidadania, FASE, CEMJ, Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais, Escola de Gente, Viração, Instituto de Juventude Contemporânea, Instituto da Mulher Negra, CEDAPS, Conselho Nacional da OAB, Associação Raízes da Tradição e Instituto Aliança.

Esta relação de distintas formas de organização, de diferentes bandeiras, de experiências diversas é uma das maiores riquezas destes sete anos de existência do CONJUVE e além de assegurar a pluralidade, promovem o diálogo intergeracional e a qualidade política e técnica deste jovem conselho.

A consolidação do tema da juventude na agenda pública é ainda um enorme desafio, mas certamente esta nova gestão do CONJUVE assume em um momento político profícuo, com as resoluções da Conferência saídas do forno, com a gestão de uma novo governo disposto a construir um 2º Ciclo de PPJ´s e com mais capacidade de luta para que as reivindicações dos mais de 500 mil jovens que se mobilizaram em 2011 deixem se ser apenas sonhos e se transformem em ações concretas na vida dos mais de 50 milhões de jovens brasileiros/as.

Vida longa ao Conselho Nacional de Juventude e muita força e coragem aos novos/as conselheiros/as.

*** Gabriel Medina foi presidente do CONJUVE entre dezembro de 2010 e abril de 2012 e é membro da Coordenação Nacional da DS.**

Compartilhe nas redes: